



PERSPECTIVAS EN INTELIGENCIA

Escola de Inteligência e Contra-inteligência "BG. Ricardo Charry Solano",
Bogotá, Colômbia, janeiro-junho, 2015

REFLEXIÓN CIENTÍFICA - Vol. 7, Núm. 14, pp. 57-76

ISSN 2145-194X

Cómo citar este artículo: De Andrade, I. (2015). "Admirável Mundo Novo": (re)articulações de antigas novas estruturas. *Perspectivas em Inteligência*, 7(14), 57-76.

2. "Admirável Mundo Novo": (re)articulações de antigas novas estruturas*

"The Admirable New World": (Re)Articulations and Ancient
New Structures

"El admirable Nuevo Mundo": (re) articulaciones de
antiguas y nuevas estructuras

Artículo de reflexão científica derivado de la dissertação titulada "As motivações russas para sua atuação na Síria: a identidade russa em questão", em el mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil, em 2013.

Recibido: 09 de abril de 2015 - Aprobado: 12 de mayo de 2015

**Isabela de Andrade
Gama**

Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle, Rio de Janeiro, Brasil.
Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro,
Brasil. Contacto: isabela_a_g@hotmail.com

* O título fora inspirado na obra homônima de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, com sua primeira publicação tendo sido realizada em 1932. Obra esta que demonstra a surpreendente capacidade/necessidade humana em categorizar, organizar e racionalizar as relações humanas e seus feitos, que é demonstrado por este autor na forma de uma ficção acerca do futuro desta humanidade suprimida pela simplificação e estabilização trágica do "ser". A tragédia se mostra clara e latente. A supressão de valores e sentimentos por regras simplificadas acaba com a dor, mas também com a liberdade.

Resumo

A presente pesquisa tem como foco principal a análise discursiva, e em menor medida a genealogia do termo terrorismo como fonte metodológica a fim de que se possa observar articulações de narrativas em vigor e políticas de Estados. Aqui, mais especificamente, trata-se de uma análise entre a narrativa ampla acerca do terrorismo e a criação de condições de possibilidades para políticas russas direcionadas à Chechênia durante os dois conflitos que se deram entre a Federação e o terrorismo checheno. O estudo tenta analisar como discursos vigentes no cenário internacional podem criar possibilidades ou mesmo constri-la dependendo do contexto que se tenha. A fim de comprovar essa hipótese utiliza-se do caso empírico dos dois conflitos entre a Federação Russa e a Chechênia em momentos diferentes na história e como a reação da comunidade internacional é diferenciada nos dois momentos, mesmo que as condições dos conflitos sejam bastante parecidos. Na mesma medida, identifica-se que entre a primeira e a segunda guerra com a Chechênia o contexto internacional muda.

Palavras-chave: Chechênia, identidade, Rússia, terrorismo.

Abstract

The present research focuses mainly on discourse analysis, and to some extent in the genealogy of the term terrorism as a methodological source, with the objective of analyzing both its narratives articulations in vigor and State politics. Here, specifically, it's about an analysis between the broad narrative of terrorism and the creation conditions of possibilities of Russian politics towards Chechnya during both conflicts between the Federation and the Chechen terrorism. This study intends to analyze how discourses in vigor in the international scenario can create possibilities or even constrain, what will depend on the existent context. In order to verify this hypothesis the present research will use empirically the two conflicts between Russian Federation and Chechnya, in different historical moments and how the international community reaction is different in both moments, although the conditions of both conflicts are very alike. Likewise, it is identified that between the first and second Chechen war, the international situation changes.

Keywords: Terrorism, identity, Russia and Chechnya.

Resumen

Esta investigación se centra principalmente en el análisis del discurso, y en cierta medida en la genealogía del término *terrorismo* como fuente metodológica, con el fin de analizar sus articulaciones narrativas en vigor y las políticas de Estado. Aquí, más es-

pecíficamente, se trata de un análisis entre la amplia narrativa sobre el terrorismo y la creación de condiciones posibles para las políticas rusas en Chechenia durante los dos conflictos que ocurrieron entre la Federación y el terrorismo checheno. El estudio intenta analizar cómo los discursos vigentes en el panorama internacional pueden crear posibilidades, o incluso las restringe, según el contexto. Para comprobar esta hipótesis se utiliza el caso empírico de los dos conflictos entre la Federación Rusa y Chechenia en momentos diferentes de la historia, y cómo la reacción de la comunidad internacional es distinta en los dos momentos, así las condiciones de los dos conflictos hayan sido bastante similares. Igualmente, se identifica que entre la primera y la segunda guerra con Chechenia hay cambios en el contexto internacional.

Palabras clave: Chechenia, identidad, Rusia, terrorismo.

Introdução

A presente pesquisa não tem por pretensão realizar uma abordagem puramente teórica na área de Relações Internacionais; portanto, a inclusão o estudo de caso se faz de grande relevância, pois se faz um trabalho de revisão de dois assunto muito debatidos que são o terrorismo e as duas guerras da Chechênia, assim como das abordagens teóricas a serem utilizadas. Desta maneira, a pesquisa que se segue se utilizará de diferentes formas de análise, pois, em primeiro lugar, o contexto histórico será exposto a fim de iluminar o pano de fundo dos acontecimentos observados; será discutida a abordagem teórica, e ao final será realizada a coadunação e interseção das questões apontadas como sendo motivadoras da pesquisa, com o intento principal de elucidar as questões suscitadas e viabilizar as articulações necessárias entre os pontos da pesquisa.

Sendo assim, o ponto focal da presente pesquisa não é analisar o desenrolar da Primeira Guerra da Chechênia e da segunda. A exposição que será realizada tem como finalidade e principal motivação tentar responder as seguintes questões: Como a Rússia se expressa em sua política externa por meio do conceito mais amplo de terrorismo? O que faz o governo russo em se utilizar deste amplo conceito de terrorismo para travar um conflito armado com a Chechênia? Ou seja, de que maneira mais ampla, é possível identificar uma articulação entre a ideia de “terrorismo”, questões identitária russas, e brechas de permissibilidade internacionais que acabam por gerar legitimidade para os discursos e práticas russas direcionadas à República Chechena?

Para tanto, serão observadas, especialmente, questões concernentes ao discurso vigente no âmbito da esfera internacional no momento em que tem início a segunda guerra da Chechênia (1999), a fim de identificar as condições de possibilidades nesse momento que suscitam a alteração do discurso do governo russo com relação à primeira guerra da Chechênia. Ainda nessa esteira de eventos, pretende-se realizar a articulação desse evento com a reconfiguração da imagem do inimigo nesse contexto e ainda a relação dessas questões com a formulação identitária e de política externa da Rússia.

Revisitando a História: as Guerras de Yeltsin e Putin

O momento que se segue ao final da Guerra Fria é marcado por um contexto internacional repleto de mudanças. Nesse contexto, o povo russo talvez tenha sido um dos que mais passou por alterações drásticas em suas vidas. Em 8 de dezembro de 1991, Boris Yeltsin e outros líderes das ex-repúblicas soviéticas se encontraram na Belarus e assinaram os documentos que puseram fim na URSS de fato, o que foi considerado uma tragédia para grande parte da população deste enorme país (Colin, 2007, p. 44). Dessa forma, a Rússia se torna a herdeira da então extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com isso se torna a herdeira também dos problemas inúmeros da URSS. O primeiro presidente eleito da Rússia, Boris Yeltsin, enfrentaria um país com dificuldades em diversos setores; portanto, implementa tentativas de resolvê-las (Segrillo, 2000).

Com o fim da Guerra Fria, a Rússia se encontra nesse contexto de "crise de identidade", de grande indecisão e confusão, em termos político, social e econômico, não apenas pela herança deixada pela URSS, mas também pela má administração exercida pelo então presidente Boris Yeltsin, que culminou no agravamento dos problemas russos que iam desde problemas econômicos até uma guerra mal sucedida com a Chechênia, passando por grande indefinição do que seria o interesse nacional (Haas, 2003).

Diante de tal cenário, que se prolongou pelos dois mandatos de Yeltsin, a Rússia, em sua coletividade, demandava mais do que nunca a unidade interna de sua população. A Rússia carecia de redefinição de sua identidade, e em um momento de crise de tamanha gravidade, a redefinição identitária russa precisaria de um "outro" suficientemente convincente a ponto de gerar um novo rumo para este país (Kassianova, 2001).

O recém-eleito presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, tinha à sua frente inúmeras questões para lidar na nova Rússia. Um dos problemas mais patentes no início da década de 90 era o setor econômico que apresentava crescimento negativo. Dessa forma, em 1992 o presidente russo dá início à implementação de reformas econômicas liberalizantes na Rússia, levadas à diante pelo então ministro das finanças Yegor Gaidar, intituladas

“Terapia de Choque”, e o “Programa Radical de Construção da Economia de Mercado e de Estabilização Econômica”, que na prática iria impor a liberalização de todos os preços, antes congelados, a fim de cessar as distorções, apenas os preços de alguns itens considerados de maior importância foram mantidos sob controle governamental que incluíam mudanças macroeconômicas radicais. A chamada “Terapia de Choque” envolveria a liberalização dos preços, privatizações de instalações produtivas governamentais,¹ ou seja, o “fim da história” provocava reações ocidentalizadas na Rússia, que se aproximava a passos largos de seu antigo inimigo, os Estados Unidos (Sgrillo, 2000).

Dessa forma, em 1994, o governo Yeltsin enfrenta mais problemas, pois este é o ano em que a Rússia entra em conflito com a Chechênia, uma região que declarou sua independência, de maneira unilateral, em 1991. Neste ano, o governo de Yeltsin invade a Chechênia,² enquanto ocorrem atentados à bomba na Rússia. O que não se esperava, era que seria tão difícil pacificar a região da Chechênia. A empreitada custou muitas vidas e as estações de televisão russas continuavam a mostrar a ineficiência das tropas russas na Chechênia. Nas palavras de Service:

Em dezembro de 1994, o Ministro da Defesa de Yeltsin Pavel Grachev o persuadiu que o exército russo poderia rapidamente acabar com a rebelião chechena. Os motivos para a invasão eram obscuros. Grachev queria desviar a atenção do seu gerenciamento corrupto das finanças e equipamentos das forças armadas. [...] Ações terroristas foram intensificadas nas cidades russas (2008, p. 535).

Em dezembro de 1994 o presidente da Rússia Boris Yeltsin realiza uma declaração televisivada acerca da situação na Chechênia, e durante este mesmo discurso ele anuncia sua declaração de guerra aos chechenos. Este fato então daria início a conhecida Primeira Guerra da Chechênia. Seu discurso fora veiculado não apenas pelas emissoras de televisão, mas também fora matéria de destaque em jornais como é o caso do jornal militar russo Estrela Vermelha no dia 14 de dezembro de 1994. Um dos fatores a ser ressaltado em seu discurso é o fato de Yeltsin listar a motivação para uma intervenção na região da Chechênia. Nas palavras de Yeltsin:

[...] uma ameaça a integridade da Rússia e à segurança de seus cidadãos tanto na Chechênia quanto para além de suas fronteiras, e pela possibilidade de uma desestabilização da si-

¹ A população empobrecia, e via suas economias evaporarem e a expectativa de vida estava decrescendo. Em termos econômicos o legado comunista era pior do que se possa imaginar. A economia centralizada era pouco ou quase nada flexível, as grandes instalações industriais não eram produtivas, os enormes subsídios aos setores da economia soviética escondiam os problemas estruturais. Seus produtos não eram competitivos e não eram de boa qualidade. Os déficits fiscais chegavam a 9,8% do PIB (Cooper, 2008).

² No momento em que a Chechênia é invadida por tropas russas, havia grande preocupação com a proteção dos oleodutos dispostos nesta região (Service, 2008).

tução política e econômica. Nosso objetivo é encontrar uma solução política para os problemas de uma das questões da Federação Russa – a República da Chechênia – e proteger seus cidadãos contra extremismo armado. (citado Lee Thomas, 1995, tradução livre)³.

Ainda nesse ínterim, Boris Yeltsin conclama a ilegalidade do secessionismo checheno a partir da constituição da Rússia, tendo em vista que a primeira parte do artigo 65 da constituição russa de 1993 e vigente até os dias atuais, assera que a República Chechena é um ente constitutivo do território russo, assim como o artigo 4 afirma que a Federação Russa deve garantir a integridade e inviolabilidade de seu território⁴. Dessa forma, com base na constituição russa, Boris Yeltsin, considera a intervenção na Chechênia algo legalmente embasado, apesar de a República Chechena ter se declarado independente, unilateralmente, em 1991.

Em 1994, Yeltsin tentava ganhar publicidade com a Guerra na Chechênia, e se declarava que esta seria uma investida rápida a fim de que se mantivesse a "ordem constitucional". Este conflito, amplamente coberto pela mídia russa demonstrava o "eu" da questão da guerra, não havia o "outro", os chechenos faziam parte da "nação russa", lutava-se pela contenção da secessão. Possivelmente, no imaginário de Yeltsin, esta seria uma guerra rápida e "limpa", mas apesar dos esforços do cambaleante exército russo, do envio de tanques e do conflito aéreo, a derrota viria, e seria humilhante. Seu fim chegou em 1996 com os acordos de paz de Khasavyurt⁵ (Russell, 2007).

Tal campanha mal sucedida na Chechênia ocorrera enquanto os presidenciáveis realizavam suas campanhas na Rússia. Yeltsin, amplamente financiado pelos oligarcas conseguiu, mais uma vez, vencer as eleições presidenciais de 1996. Mas seu estado de saúde debilitado não o permitiu ser um governante efetivo, suas aparições públicas se tornaram cada vez mais raras (Segrillo, 2000).

Não tardaria muito para que a Rússia passasse por mais um momento complicado em sua jornada pós-Guerra Fria. Em 1999, Vladimir Putin chegara ao posto de primeiro-ministro de Boris Yeltsin, após muitos outros já terem passado por este cargo durante os dois mandatos de Yeltsin. Nesse mesmo ano, ocorrem explosões em Moscou que são atribuídas a terroristas chechenos. Portanto, quando Putin se torna primeiro-ministro o tema principal de sua agenda é a Chechênia O ministro da defesa Grachev ordenou que as tropas russas

³ Trecho original: "a threat to the integrity of Russia and to the safety of its citizens both in Chechnya and beyond its boundaries, and by the possibility of a destabilization of the political and economic situation. Our objective is to find a political solution to the problems of one of the subjects of the Russian Federation-the Chechen Republic-and to protect its citizens against armed extremism". O texto original fora publicado no periódico militar *Krasnaya Zvezda* (Estrela Vermelha), em sua edição de 14 de dezembro de 1994, na primeira página, que se encontra disponível apenas em língua russa.

⁴ Trechos retirados na constituição russa, que se encontra no site do Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa (Russian Federation, 1993).

⁵ Os acordos de Khasavyurt selariam a paz entre a Rússia e a República Chechena com base nos princípios de auto-determinação dos povos. Ver apêndice 1 em Sakwa, ed. (2005).

invadissem a Chechênia mais uma vez. Mas diferentemente da empreitada de 1994-1996 (Service, 2008). No entanto, a segunda rodada do perpétuo conflito mudaria de figura neste momento. Para além das explosões, o pano de fundo do conflito se desenrola a partir da união entre chechenos e wahhabis que declaram sua independência do Daguestão, e criaram uma nova “pequena Chechênia” dentro da Rússia, pois almejavam a criação de um Estado unido muçulmano (Evangelista, 2002).

Essa nova guerra seria diferente, esta seria popular, pelo menos no âmbito doméstico, pois o bombardeio dos apartamentos em Moscou tiveram um efeito unificador na população. Apesar de ter sido tão, ou mais sangrenta que a primeira guerra, e de conter tantas atrocidades quanto antes. Entretanto, o que chama mais a atenção é a mudança no discurso das autoridades russas ao se referirem aos chechenos, eles passaria de meros bandidos da primeira guerra, para terroristas em 1999, especialmente quando se referiam a Shamil Basayev, líder do movimento islâmico rebelde checheno (Evangelista, 2002).

A segunda guerra da Chechênia seria amplamente caracterizada por uma guerra ao terrorismo, e ganhava corpo com esta narrativa que já vinha se re-articulando no cenário internacional. Essa guerra era alimentada ainda mais por este discurso de Guerra Global o Terror pela presença de *ihadistas* em território checheno que lutavam lado a lado com tais rebeldes. Mesmo que em número diminuto, estima-se que eram cerca de 300, já bastava para que o discurso de que o terrorismo tomava proporções globais, e que sua funcionalidade por meio de redes já havia atingido a Rússia, que carecia de proteção por meio de formas adequadas para conter o espraiamento da virologia terrorista, que já se conectava também, no discurso dos líderes russos com a Al-Qaeda (Russell, 2007).

Apesar do apoio da opinião pública russa à guerra ao terror checheno, após terem sido acometidos pelo medo constante e imprevisível, a Rússia cometeu tamanhas atrocidades nesse conflito, que não recebera o apoio esperado do resto do mundo, que somente viria após os atentados de 11/09 (Russell, 2007).

Por ora, o que se pode concluir é a partir da breve exposição realizada é que as circunstâncias nas quais a Rússia se encontrava abriram caminho para discursos hostis tendo em vista o anseio doméstico por uma reconquista do *status* de grande potência desse Estado e impulsos nacionalistas. A narrativa “vencedora”, que é o discurso de Vladimir Putin e do FSB, preconizava o estado emergencial que garantiria aos russos um resquício do poder, em termos clássicos, que lembraria os tempos áureos da Rússia. Essa situação de caracterização da situação da Chechênia enquanto uma luta contra o extremismo islâmico vinha sendo utilizada desde 1999 e continuou a ser assim concebida em 2001, com uma clara negação de classificação da situação enquanto uma “guerra” ou um “conflito” em termos tradicionais, e ainda, a partir de discursos oficiais proferidos acerca da questão nota-se com frequência a denominação do “outro” checheno como bandido, terrorista ou criminoso (Campana e Légaré, 2011).

Além disso, o discurso utilizado para o tratamento da Chechênia tenta demonstrar os chechenos como parte de um mundo não moderno ainda, onde estruturas medievais convivem com o mundo “civilizado” e mais ainda o comportamento desta sociedade passa a ser percebido como sendo “bárbaro” (Sakwa ed., 2005).

O Terrorismo – Os Terrorismos

Esta parte da presente pesquisa se dedicará a tratar do “terrorismo”, e como terrorismo, aqui, entende-se que este não é um conceito definido em si mesmo, ao longo da pesquisa, demonstrar-se-á que o “terrorismo” é uma prática discursiva. Com a finalidade de mapear a trajetória do “terrorismo” estarão presentes documentos produzidos sistematicamente pelo governo dos Estados Unidos da América que deverão ser analisados, e ainda contará com o auxílio de textos acadêmicos produzidos neste âmbito de conhecimento. A utilização de documentos produzidos pelo governo norte-americano tem como finalidade única analisar o discurso produzido ao longo dos anos sobre este tipo de prática, chamada “terrorismo, mas a pesquisa não fecha os olhos para a existência de documentos produzidos por outros governos e agências internacionais e blocos de países sobre esta temática, como a ONU, a OSCE, a União Europeia, entre tantos outros.⁶

A opção pela a análise de documentos produzidos no âmbito norte-americano tem por objetivo apenas trazer este mapeamento de forma mais organizada, tendo em vista, que este governo produz sistematicamente relatórios acerca de “terrorismo” de maneira muito organizada e padronizada. Pretende-se ao fim desta pesquisa ter um mapeamento suficientemente coeso para que se compreenda melhor o que já se apresentou como estudo de caso anteriormente, que seria a rearticulação do discurso do governo russo com relação aos chechenos entre a primeira e a segunda guerra da Chechênia. Pretende-se, nesse sentido, compreender quais foram as condições de possibilidades que se abriram não apenas à Rússia, mas aos mundo de se engajarem nesse discurso de Guerra Global ao Terror. Nesta pesquisa, não se colocará que o “terrorismo” possui um único significado, ao contrário, o “terrorismo” é mutante ao longo do tempo como se verificará, e não à toa, o título desta sub-parte do trabalho é “O Terrorismo – Os Terrorismos”.

A partir de uma breve genealogia do “terrorismo” será possível entender, em alguma medida, o significado do “terrorismo” nos dias atuais, tão utilizado, e apenas conectado com

⁶ A pesquisadora está ciente de que a fim de compreender de melhor maneira as motivações do comportamento dos governos russos seria mais apropriado que se utilizassem documentos acerca do “terrorismo” produzidos por estes governos. No entanto, os departamentos governamentais russos que seriam os responsáveis pela produção de tal material, como o FSB, por exemplo, não o fazem de maneira sistemática como o governo norte-americano, ou acabam por fazer e os disponibilizam em língua russa.

o islamismo e com um formato de radicalização religiosa. Portanto, a utilização de tal metodologia de análise permitirá alcançar um resultado plausível na demonstração da mutação dos conceitos, hoje tidos com certa fixidez, mas que no passado recente foram tratados de outra maneira.

Sendo assim, tem-se nesta pesquisa que o “terrorismo” é “ser-em-si” nos termos sartrianos, ou seja, o “terrorismo” possui uma essência prévia, não definida por si, não possui consciência da própria existência, ao contrário do “ser-para-si”, parte-se de uma ideia que posteriormente é concretizada a partir da mesma. Por mais que talvez não haja a intencionalidade de se criar uma identidade “terrorista” por nenhuma das partes, isso sugere que, mesmo que, por meio de “acidentes históricos”, o conceito de “terrorismo” se altera ao longo do tempo. Sendo assim, a definição de Bonditti (2012) poderá ser bastante útil no contexto da presente pesquisa:

[...] I consider “terrorism” through a series of discourses that together form a meta-narrative about political violence, that is, a series of practices of violence that, as we shall see, are not just directed against established governments but also disrupt the modern understanding of political spatiality by operating transnationally.

Nesse sentido, para informações mais acuradas acerca do fenômeno do “terrorismo”, cabe uma avaliação da “evolução” da narrativa que o cerca, e para tanto, a obra de apoio que mais será utilizada é a de Bonditti, *Violence, “Terrorism”, Otherness: Reshaping Enmity in Times of Terror*⁷. Este texto é de grande esclarecimento acerca da temática aqui abordada, tendo em vista que Bonditti coloca que o estudo de “terrorismo” lhe diz mais sobre o “sujeito narrador” do que sobre a violência em si, e ainda consegue retratar a multiplicidade inserida dentro do “terrorismo”.

Dessa forma, Bonditti coloca que, o “terrorismo” estava conectado com a ideia de insurgentes e guerrilhas, como consta no livro publicado pela RAND Corporation – “International Terrorism: a Chronology, 1968-1974”, que faz uma descrição detalhada de todos os atentados terroristas de 1968 a 1974, e o “terrorismo” era então identificado como uma tática, uma arma ilegal de insurgentes e de guerrilhas. Tais eventos, na década de 1960 são identificados mais com atentados pontuais, identificados com agrupamentos anti-governistas, cujos atos principais eram assaltos a bancos, sequestro de pessoas e aviões, e até mesmo alguns assassinatos e bombardeios, mas nada em larga escala, e os grupos mais citados são El Poder Cubano e os Tupamaros.

Na década de 1970, muitos dos atentados “terroristas” ainda estavam associados a guerrilhas, e a figura do inimigo ainda está associada aos estrangeiros, e muitos dos atos

⁷ Ver em Campbell, ed. (2012).

ainda são atrelados a questões anti-governistas. Entretanto, no documento da RAND Corporation já se percebe o aumento de atentados contra cidadãos norte-americanos e seus aliados, assim como maior número de incidentes dentro do território dos Estados Unidos e às suas embaixadas e consulados em diversos países, corroborando com a informação de Bonditti de que tais atentados já começam a dar sinais de que o "terrorismo" está conectado à divisão leste-oeste, como é o caso do atentado que ocorre nos Estados Unidos em 24 de julho de 1973 realizados por militantes pró-Castro.

A década de 1980 também parece marcada por guerrilhas, mas aparentemente o discurso começa a apresentar alguma mudança. O dito "terrorismo" parece ter um caráter mais organizado e há uma ênfase maior no "terrorismo internacional" (Jenkins, et al., 1984). Além disso, se mostra que a década de 1980 apresenta um aumento no número de atentados terroristas ao redor do mundo, mas que se concentram em maior grau em alvos europeus e norte americanos (1984). Essa descrição da tendência do "terrorismo" nesses anos pode revelar o obscurecido fato de tentarem demonstrar o caráter de esses atos estarem ligados ao esquerdismo. Na verdade, nem sempre essa tendência é obscurecida, tendo em vista que Jenkins et al. (p. 56) coloca que há uma preocupação constante com os atos "terroristas" da esquerda, mas revela uma tendência, de acordo sua visão, preocupante, dos atos "terroristas" direitistas. De qualquer forma, ele não coliga o "terrorismo" direitista com os Estados Unidos e seus aliados, estes direitistas continuam a ser representados como "outro", pois são descritos como fascistas ou neo-nazistas, ou seja, identificados com uma configuração negativa.

Esses dados também podem ser confirmados pelo documento *Patterns of global terrorism – 1983*, que inclusive coloca que 46% de todos os atentados "terroristas" contra norte-americanos foram perpetrados na Europa do Leste (p. 14). Além desse documento, o documento *Patterns of global terrorism – 1984* continua a trajetória de colocar em plano de destaque a violência empreendida pelo leste europeu, especialmente contra a OTAN, mas já coloca que o Oriente Médio está sendo recordista da tendência, e que os números continuam a crescer, e isso é demonstrado nos documentos do ano seguintes: *Patterns of global terrorism – 1985*, mas no documento *Patterns of global terrorism – 1986*, demonstra-se declínio nas atividades "terroristas" no leste-europeu. De qualquer forma, os anos consecutivos foram marcados por aumento crescente de ataques "terroristas", e as grandes referências são em maior medida o Oriente Médio e a Europa do Leste como pode ser observado nos documentos: *Patterns of global terrorism – 1987; 1988 e 1989*.

Contudo, o documento *Patterns of global terrorism – 1990* apresenta uma mudança bastante significativa no que concerne a questão do "terrorismo internacional". Em primeiro lugar, este documento já se manifesta de maneira diferenciada com relação aos países do leste europeu, pois coloca que o advento da democracia se aproximando dos mesmos levou-lhes algum tipo de pacificação. A segunda mudança que se pode perceber é a questão

dos países financiadores do “terrorismo”, que mais tarde seriam chamados de *rogue states*, neste documento estes países já são nomeados, e então coloca-se que Cuba, Irã, Síria, Líbia e Coreia do Norte passam a ter maior foco, e essa é, mais ou menos, a tendência para os anos seguintes da década de 1990, grande foco para grupos islâmicos, como pode ser observado nos seguintes documentos: *Patterns of global terrorism – 1991; 1992, 1993 e 1994*. No ano seguinte, aparentemente, a grande novidade é o aparecimento do nome de Osama Bin Laden (aparece quatro vezes) e sua conexão com a “guerra santa” - *Patterns of global terrorism – 1995*.

Em 1996, há mais uma mudança no documento *Patterns of global terrorism – 1996*, o nome de Bin Laden aparece sete vezes, e o documento sugere que para além das tendências dos anos anteriores do “terrorismo internacional”, neste este tipo de atuação está mais conectada com algo que se pode chamar de rede. Ao passo que, Bin Laden ganha mais “notoriedade” por sua atuação não apenas no Sudão, como retratado em 1995, mas seu nome aparece conectado com o “terrorismo” em diversas localidades como no Kuwait e até mesmo com a Chechênia. No documento *Patterns of global terrorism – 1997*, a tendência permanece a mesma, mas Bin Laden é cada vez mais citado, neste documento são treze vezes, e cada vez mais associado com a rede de “terrorismo” global, ligado a atentados no Oriente Médio, Afeganistão, Paquistão, entre outros, e a Al-Qaeda passa a ter mais atenção também.

O ano de 1998 pode ser considerado um ponto nodal para o tratamento do “terrorismo”. Neste ano em questão, como consta no documento *Patterns of global terrorism – 1998*, oi o ano de atentados “terroristas” às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, e que gerou centenas de vítimas. Neste documento, o nome de Bin Laden é citado 51 vezes, e a ele foi designada a responsabilidade dos atentados, e à sua *rede* de terrorismo global, e à sua criação da rede Al-Qaeda. No ano seguinte, Bin Laden é colocado na lista dos dez terroristas mais procurados do FBI, em decorrência de tais atentados.⁸ Neste ano, mais do que nunca, o “terrorismo” se encontra associado à radicalização islâmica e à rede global de terror, em larga medida, financiada por Bin Laden, e estabelecida em diversos países em forma de células. No documento *Patterns of global terrorism – 1999*, o nome de Bin Laden foi ainda mais citado que no ano anterior, e o discurso parece ter se arrefecido com relação a ele, ao “terrorismo” global e à Al-Qaeda.

Dessa forma, a breve análise do “desenvolvimento” do “terrorismo”, por meio da observação de documentos produzidos pelos Estados Unidos, pode suscitar que o “terrorismo”, mais do que o tratamento de uma forma de violência, informa muito sobre o narrador. Para além disso, essa breve exposição acerca do “terrorismo” informa as constantes (re) articulações no âmbito espaço-temporal da política internacional.

⁸ Disponível em Federal Bureau of Investigation (FBI, 2012).

“Nós” X “Outros”

Dadas as explanações nas seções anteriores da presente pesquisa tem-se alguns elementos a serem conectados aqui. Em primeiro lugar, a pesquisa destaca uma primeira hipótese de que entre 1990 e 2000 houve uma rearticulação do discurso que gira em torno do “terrorismo”, fazendo-o efetivamente “internacional”, e isso se dá, especialmente, entre 1998/1999,⁹ com os atentados “terroristas” às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, o que leva Bin Laden à lista dos mais procurados do FBI, e é quando, de acordo com os documentos analisados parecem arrefecer o discurso de combate ao “terrorismo”, que passa a estar conectado diretamente, com Bin Laden e sua rede, Al Qaeda.

Em segundo lugar, existe a conexão entre a construção da identidade de um Estado e a radicalização do “outro”. Essa representação da identidade, não parte apenas de uma identidade coletiva nacional, como a “identidade russa”, mas em forma do Estado Westphaliano, e, portanto, a importância dos “inimigos”, dos pares dicotômicos, para a legitimação da existência estatal e nacional enquanto tais. Por outro lado, o que é algo muito presente na agenda pós-estruturalista, que é a presença constante da questão da representação identitária ao lado da política externa de um Estado, que acaba por se tornar algo, mais ou menos circular.

Essa questão identidade/política externa é bastante bem colocada por Hansen (2006), a autora coloca que a identidade é necessária para a perpetração de uma política externa nacional, que por sua vez é necessária para a perpetuação, continua produção e reprodução identitária. Ou seja, para Hansen (2006), a identidade é uma prática discursiva. A política externa de um Estado, bem como sua identidade não podem ser compreendidos de maneira separada, menos ainda, a autora coloca que, estes dois fatores não podem ser analisados fora do âmbito social em que se encontram, que não poderiam ser analisados sem que se leve em consideração as variáveis materiais e ideacionais que as possibilitam.

Dessa forma, a pesquisa pretende realizar a articulação entre a identidade coletiva, a violência, e as condições de possibilidades conferidas pelo contexto discursivo de 1999 para que a Rússia se empenhasse em uma nova guerra com a Chechênia que teria como justificativa o terrorismo. Nesse sentido, esta parte da pesquisa se iniciará com o intento de mapear a relação entre identidade, violência e o “outro”.

A identidade não se dá por meio causal, sequer a política externa nacional, não há a implicação de “racionalidade” como conscrito a autores liberais e realistas, por exemplo. A identidade, bem como a política externa se constroem de forma recíproca e continua, e em larga medida, são influenciadas por discursos que se encontram em um escopo de abrangên-

⁹ A pesquisa não desconsidera a relevância de tantos outros atentados ditos terroristas pelo mundo na década de 1990, que ocorreram não apenas no âmbito norte-americano, como também em diversos países europeus e asiáticos. E como já fora demonstrado nos documentos estudados, o “terrorismo” não é algo novo, e muito menos restrito a um local. Apenas se considera que 1998/1999 seja um momento crucial para o discurso do “terrorismo”.

cia muito maior do que apenas o nacional, que está em uma esfera política pública bastante alargada (Hansen, 2006).

Representações identitária e política externa não estão ligadas por causalidade, são constituídas por práticas discursivas, tendo em vista, que não há uma verdade única e objetiva, a realidade é social e cambiante, e pode ser acessada por meio da linguagem. Afinal, a linguagem é o meio pelo qual as representações sociais podem ser analisadas, e não apenas linguagem falada, como também códigos e convenções sociais. A identidade nacional e a política externa de um Estado precisam, diante desta chave teórica, analisadas de maneira interligada ontologicamente (Hansen, 2006).

Da mesma forma, a identidade, assim como a política externa, constituídas a partir de discursos, se engajam em uma socialização com outras identidades e políticas externas, e narrativas já consolidadas e por isso são influenciadas pelas mesmas. Além disso, a identidade e a política externa de um Estado são constituídas por meio da diferença, por meio de pares dicotômicos como “soberania” e “anarquia”, e estes são hierarquizados, de modo a ressaltar as qualidades centralizadas no Estado, em detrimento do “outro”, e a própria política externa ao invés de ser a ponte de ligação entre o “dentro” e o “fora”, é o que consolida a diferenciação, que cria as fronteiras (Campbell, 1992). Portanto, a política externa representa a consolidação da “narrativa em vigor”, pois o par política externa-identidade não se constituem isoladamente do contexto em que se inserem, por isso é de tamanha relevância ter em vista o momento do espaço-tempo em que se constituem (Hansen, 2006). De acordo com Hansen:

Foreign policy, however, is not a closed system, like that of the body, but is formulated within a social and political space. This implies that the *internal stability* of a policy-identity construction cannot be determined in isolation from the broader social and political context within which it is situated. Whether a discourse articulates a stable relationship between identity and policy is to be posed not only as a question of internal stability but also as a matter of whether the discourse is supported or criticized by other discourses. Put in more programmatic terms, politically contextualized discourse analysis combines the analysis of how texts seek to create stability with analysis of whether these constructions are being accepted or contested within the political and public domain (p. 26).

As relações na modernidade política são guiadas por tal simbolismo ordenado institucionalmente por essas diretrizes enraizadas de que o Estado é a priori o responsável pela segurança de seus nacionais, elevando suas fronteiras, que possuem esse significado de fixidez, rigidez que mantem a ordem doméstica. Assim, o nível doméstico se consolida enquanto o local da política em detrimento da anarquia externa, e por isso o Estado se legitima enquanto detentor único dos meios para a proteção dos seus indivíduos por meio da “prática heroica” (Ashley, 1988). De acordo com Huysmans (2006), nesse processo, o Estado, inserido nesse

ordenamento institucionalizado, não mata seus inimigos, os mantém, apenas ambiciona exterminar o que não se encaixam nesse ordenamento, o que desafia a ordem moderna de ser. O inimigo, não deve ser exterminado, pois de acordo com tal ordenamento é apenas outro Estado nacional, e é reconhecido como igual por todos, o "estranho" é que deve ser combatido (Huysmans, 2006).

Portanto, o "terrorismo", como visto na seção anterior, é uma narrativa, fora constituído como é conhecido atualmente por uma série de práticas discursivas, se alterou ao longo do tempo, e nem sempre fora percebido enquanto tal da forma como o é hoje. Dessa forma, a narrativa do "terrorismo" o constituiu enquanto um "estranho" como definido por Huysmans (2006). O "terrorismo" desafia a ordem moderna, é um "estranho", pois está dentro e fora do Estado, então não é um inimigo, e precisa ser combatido, já que coloca em cheque o Estado moderno nacional. O "terrorismo" desafia a estabilidade do Estado e sua racionalidade fixa, haja vista sua imprevisibilidade, e a ameaça constante de morte, que é ao mesmo tempo, latente e invisível. O "terrorismo" moderno, tão presente nos discursos atuais, é colocado como algo não "alocável" na política moderna de Estados nacionais westphalianos (Zarakol, 2011).

Uma grande questão que pode ser extraída da ligação entre identidade-política externa e o "terrorismo", é saber como a questão do "terrorismo" chega a ser apropriada para a área de segurança. O ponto focal aqui é compreender que a segurança está ligada diretamente não apenas à questão de sobrevivência dos Estados, mas à essa formação política organizacional específica (Hansen, 2006). O Estado nacional moderno não pode conviver com as incertezas e imprevisibilidades, e por isso separa e classifica tudo, coloca fronteiras para separar o "dentro" e o "fora", classifica os indivíduos como "nacionais" ou "estrangeiros", classifica como certo ou errado, tudo o que está ou não dentro de uma esfera espaço-temporal específica e desclassifica o restante. Assim, a segurança conferida pela soberania é a pré-condição para a vida política dentro do Estado (Walker, 1993).

Para Campbell (1992) a identidade, assim como a segurança são questões ontológicas na existência do Estado, e que se constituem a partir do discurso do medo. O Estado carece de unidade e homogeneidade, pois se encontra no papel de substituto do outras formas organizacionais totalizantes da vida política como a Igreja e, portanto, a narrativa do medo é uma forma para encontrar legitimidade para suas ações e resguardar a lealdade de que necessita para sua perpetuação. Da mesma forma, Fierke (2007) aborda a questão da construção da identidade por meio de práticas discursivas, apesar de essa autora não considerar a radicalização do "outro" como a única forma de constituição do "eu". Ela trata o discurso da exclusão quase como parte inexorável de construção identitária, e ainda que, o discurso se transforma em práticas, e que tornam a ameaça potencial em ameaça objetiva e em parte objetiva da política externa de (in) segurança. O que pode ser observado nos excertos a seguir:

The construction of the ‘foreign’ is made possible by practices that also constitute the ‘domestic’. In other words, foreign policy is “a specific sort of *boundary-producing political performance*” (Campbell, 1992, p. 62). While dependent on specific historical contexts, we can say that for the state, identity can be understood as the outcome of exclusionary practices in which resistant elements to a secure identity on the “inside” are linked through a discourse of “danger” with threats identified and located on the “outside”. The outcome of this is that boundaries are constructed, spaces demarcated, standards of legitimacy incorporated, interpretations of history privileged, and alternatives marginalized. (p. 68)

O que fica claro a partir da análise realizada é que no momento que sucede ao fim da Guerra Fria, o Estado russo se encontra em situação de indefinição de seu papel no cenário internacional, fica, claro que se encontra em uma espécie de limbo político. O governo russo, nesse momento, não possui qualquer estratégia clara de política externa, tudo parece ser realizado de forma desordenada e aleatória. Esse estado de aleatoriedade de indefinição por ser considerado em decorrência da ausência de uma redefinição da identidade russa, que nesse contexto deixara de ser a grande potência soviética, e nem mais se encaixaria no papel de Rússia imperial que já havia ocupado (Sakwa, et al. ed., 2005). E como já exposto anteriormente por meio de diversos autores como Hansen (2006), a política externa e a identidade são fatores interligados, ou seja, a identidade informa a política externa, assim como a política externa desenvolve a identidade, pode-se depreender disso, que a ausência de identidade definida, o governo russo não logra em implementar uma política externa bem formada e organizada.

Por toda a década de 1990 e até meados dos anos 2000, os governos russos deste período que perdurou por mais de uma década não conseguiam estabilizar a identidade do Estado russo e, portanto, sequer uma política externa coerente. A título de exemplo, durante todo esse período, os governos russos estiveram ora, ao lado do Ocidente, ora, contra o Ocidente, ora preocupados em manter relações amistosas com os vizinhos ex-soviéticos, e ora empreenderam guerras contra os mesmos (Sakwa, et al. ed., 2005).

Ou seja, a ausência de formação de identidade e de política externa da Rússia neste momento lhe confere a chance de, mais uma vez, se aproximar do Ocidente (Sakwa, ed. 2005). A narrativa vigente nesse contexto era a guerra contra o “terrorismo”, como já mencionado anteriormente por meio dos documentos utilizados *Patterns of global terrorism*, de diversos anos, que a transformação do conceito de “terrorismo” o fez tomar dimensões globais e de ameaça em potencial constante. Por conseguinte, esta havia se tornado uma narrativa cada vez mais constante e encorpada, especialmente, a partir de 1998/1999 que é quando ocorrem atentados terroristas às embaixadas norte-americanas na Tanzânia e no Quênia, e que cada vez mais, o “terrorismo” não está mais associado a problemas de outros, mas também a problemas dos EUA, assim, tornando-o um problema global, pois se torna um “terrorismo” em rede e em escala global associado à Al Qaeda e à Bin Laden.

Sendo assim, o governo russo em curso em 1999, de Vladimir Putin, se (re) apropria do discurso do “terrorismo”, e crê que essa justificativa seria plausível para a realização de uma

nova guerra com a Chechênia, pois estaria se aliando ao “*counter-terrorism axis*” do Ocidente, e se identificando com o mesmo, pois estaria experimentando o mesmo que diversos países ocidentais passaram (Trenin, 2003).

Ao passo que o discurso muda, as práticas acompanham, e a Rússia se torna mais assertiva com a Chechênia, por seu histórico de conflitos com os russos e por, declaradamente, conter grande população islâmica, e a narrativa vigente naquele momento (Hedenskog et al., ed., 2005). Não é por acaso que a justificativa para a primeira guerra com a Chechênia não traz nenhuma referência ao “terrorismo”, e se legitima através da busca pela restauração da ordem constitucional, pois em 1994, o governo russo de então tenta se afirmar enquanto uma democracia liberal, onde o que cabe no discurso é este tipo de justificativa, pois o discurso vigente era do “fim da história”, e que a democracia liberal era o ponto de partida e de chegada para todos, era o ponto final (2005). Ao passo que em 1999, as condições de possibilidades de atuação para a política externa da Rússia havia se alterado, o “terrorismo” havia se instaurado como um novo norte para a atuação em questões de segurança, e por isso é apropriado pelo governo russo daquele momento como orientação para a guerra com a Chechênia (Trenin, 2003).

Contudo, o governo russo, não recebe o suporte ocidental que estava esperando. Na verdade, sofre com uma grande represália, especialmente, por parte do governo norte-americano, que vê com maus olhos a intervenção russa na Chechênia (Trenin, 2003). Isso pode ser observado no trecho a seguir:

We could cut off IMF aid and export/import loans to Russia until they heard the message loud and clear, and we should do that. It's going to be a very interesting issue to see how Russia merges... This guy, Putin, who is the temporary president, has come to power as a result of Chechnya. He kind of rode the great wave of popularity as the Russian military looked like they were gaining strength in kind of handling the Chechnya situation in a way that's not acceptable to peaceful nations... We should impose economic sanctions until they understand they need to resolve the dispute peacefully and not be bombing women and children and causing huge numbers of refugees to flee Chechnya.¹⁰

No entanto, após os atentados terroristas que abateram os Estados Unidos em setembro de 2001, o discurso norte-americano se altera, e mais uma vez se arrefece, e acirra os ânimos contra o “terrorismo”. Mais ainda, no que concerne a Al-Qaeda e à Bin Laden. Nesse momento, a relação entre os Estados Unidos e a Rússia muda de figura, se tornam aliados (Trenin, 2003). Pois é neste momento que, definitivamente, o inimigo é reconfigurado, e o “terrorismo” se torna o inimigo de todos, e os Estados Unidos conferem à Rússia uma “carta

¹⁰ Governador George W. Bush sobre o que deveria ser feito a respeito da questão que envolvia a Rússia e a Chechênia. *OnLine NewsHour*, 16 de fevereiro de 2000.

branca” para lidar com o “terrorismo” checheno como pode ser observado nos trechos que se seguem:

On 24 September, President Putin publicly laid out a broad program of cooperation with, and support for, US counterterrorism efforts. In early October, Russian Defense Minister Ivanov stated that Russia supports any efforts designed to end international terrorism. In mid-October, the Justice Ministry amended terrorism laws to include penalties for legal entities that finance terrorist activity. Russia was the site of a number of terrorist events in 2001, many connected to the ongoing insurgency and instability in Chechnya. The current conflict, which began in late summer 1999, has been characterized by widespread destruction, displacement of hundreds of thousands of civilians, and accusations of human-rights abuses by Russian servicemen and various rebel factions. One rebel faction, which consists of both Chechen and foreign—predominantly Arabic—*mujahidin* fighters, is connected to international Islamic terrorists and has used terrorist methods. (*Patterns of global terrorism – 2001*, p. 27)

Além disso, este documento contem referências bastante marcantes sobre essa “nova era”, que reconfigura totalmente a imagem do inimigo enquanto o “terrorista” islâmico que, mais do que quer acabar com os EUA, pretende destruir a democracia e o liberalismo e que, portanto, é um inimigo de todos. Ainda, que não haverá lados nessa batalha, ou se luta contra o “terrorismo”, ou não mais será considerado um aliado norte-americano (*Patterns of global terrorism – 2001*). A mudança dos EUA com relação à guerra na Chechênia é patente:

Our position on Chechnya is that we hope this can get solved peacefully, that this is an issue within Russia and that I will continue to work with Vladimir Putin as best as I can to encourage him for there to be a peaceful resolution with the Chechenyan issue, the larger issue. On the other hand I recognize that any time terrorists come to take life, a leader must step forward. And the fact that 800 citizens could have been killed by terrorists put my friend Vladimir Putin in a very difficult situation. And he handled it as best as he could. He did what he had to do to save life...the people to blame are the terrorists. They need to be held to account. I believe you can do both. I believe you can hold terrorists to account, killers to account, and at the same time solve difficult situations in a peaceful way.¹¹

Nesse passo, a Rússia se alia ao Ocidente, se redefine, define seu papel na região do Cáucaso, e se coloca neste cenário como uma potência regional, tendo em vista que passa a utilizar grande quantidade de recursos para lidar com os problemas do seu entorno, inclusive se utiliza de violência pontual para atingir esses objetivos (Hedenskog et al., ed., 2005).

¹¹ Entrevista do então presidente George W. Bush em 18 de novembro de 2002 à NTV sobre a situação da Rússia e da Chechênia.

Conclusão

Por ora, cabe ressaltar que as questões levantadas pela presente pesquisa não geraram apenas respostas, mas direcionamentos interessantes. A mudança na perspectiva e na justificativa entre a primeira guerra da Chechênia e a segunda guerra, puderam ser demonstradas por meio da historiografia disponível, mas a questão da motivação para tanto remanesce.

Dessa forma, as questões que nortearam a pesquisa foram: Como a Rússia se expressa em sua política externa por meio do conceito mais amplo de terrorismo? O que faz o governo russo em se utilizar deste amplo conceito de terrorismo para travar um conflito armado com a Chechênia? Ou seja, de que maneira mais ampla, é possível identificar uma articulação entre a ideia de "terrorismo", de brechas de condições de possibilidades no âmbito internacional que acabam por gerar legitimidade para os discursos e práticas russas direcionadas à República Chechena? Para responder-las a pesquisa se articulou de forma, a tentar compreender, em uma primeira instância a história dos dois conflitos em questão, em um segundo momento, se utilizou de uma breve genealogia do conceito mais amplo de "terrorismo" a partir de documentos gerados pelo governo norte-americano acerca desse fenômeno, com vias a identificar o caminho percorrido nos últimos anos por esta narrativa que circunda o "terrorismo", e por fim a tentativa fora a de tentar articular todos esses níveis para dar significado às mudanças de possibilidades que levaram a Rússia a empreender uma guerra na Chechênia com base no argumento de "guerra ao terror".

Nesse sentido é interessante notar, que, em alguma medida, as perguntas centrais foram respondidas, e mais ainda, elas acabaram por influenciar um debate acerca de uma nova tendência nas Relações Internacionais, de um modo geral, que não puderam ser tratadas aqui de maneira mais específica. A análise acerca da mudança de discurso russo entre a primeira e a segunda guerra da Chechênia pode demonstrar que a utilização do "terrorismo", enquanto conceito amplo, não fora um discurso apenas apropriado pela Rússia, percebe-se que esta se tornou a narrativa dominante nos últimos anos, e que fora tomando o formato que tem atualmente ao longo do tempo. O discurso acerca do "terrorismo" em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, norteia as questões de segurança e de identidade ao redor do mundo, o "terrorismo" passa a ser a expressão da nova identidade do momento pós-Guerra Fria, representa a nova rearticulação entre a falta de inimigos tradicionais, que eram Estados, especialmente pela ausência do antigo inimigo que era a URSS, e que passam a ser entidades transnacionais, como quase todas as outras ameaças que surgirão nesse período, que não mais estarão atreladas a Estados, como a fome, a migração, o meio-ambiente, o fluxo de capitais, entre tantos outros.

Sendo assim, é importante sublinhar que o desenrolar dos eventos analisados nos últimos anos impingem uma diferente maneira de se olhar para as Relações Internacionais. Ao passo que, como Campbell (1992), entre outros autores colocam que, a identidade é algo

inexorável do Estado moderno, isso implica em radicalizar o outro constantemente, ou seja, isso estaria imbricado constantemente na lógica do Estado moderno. Entretanto, parece que após os atentados de 11/09 a lógica de exclusão e de exceção passaram a ser a norma. Parece ter havido uma normalização dessa regra, ou que esse fenômeno tenha se tornado apenas mais uma forma de governabilidade, e assim, as políticas de segurança e de controle dos indivíduos cada vez mais invasivas não sejam mais questionáveis em decorrência da norma de “urgência contínua” (Bigo e Tsoukala, 2008). Dessa forma, o que pretende ser algo positivo para a segurança dos indivíduos acaba por se tornar mais uma forma que se auto-realiza como o padrão da normalidade com todas as suas facetas cartesianas de enquadramento da vida cotidiana, não liberal que sequer tangencia a liberdade individual.

Referências

1. Ashley, R. (1988). Untying the Sovereign State: a double reading of the anarchy problematique. *Millenium: Journal of International Studies*, 17(2), 227-262.
2. Bigo, D. e Tsoukala, A. (Ed.). (2008). *Terror, insecurity and liberty: illiberal practices of liberal regimes after 09/11*. Nova York: Routledge.
3. Em: R. Campbell (Ed.). *Violence and civilization*. Nova York: Joukowsky Institute Publications.
4. Campana, A. e Légaré, K. (2011). Russia's counterterrorism operation in Chechnya: Institutional Competition and Issue Frames. *Studies in Conflict & Terrorism*, (34), 47-63.
5. Campbell, D. (1992). *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
6. Campbell, R. (Ed.). *Violence and civilization*. Nova York: Joukowsky Institute Publications.
7. Colin, R. (2007). *Rússia: o ressurgimento da grande potência*. Florianópolis: Editora Letras Brasileiras.
8. Evangelista, M. (2002). *Chechen wars: will Russia go the way of the Soviet Union?* Washington: Brookings Institution Press.
9. Federal Bureau Investigation. (2012). FBI ten most wanted fugitive. Usama bin Laden. Recuperado de <https://www.fbi.gov/wanted/topten/usama-bin-laden/>
10. Fierke, K. M. (2007). *Critical approaches to international security*. Cambridge: Polity Press.
11. Haas, M. de (2003). The development of Russian security policy: 1992-2002. *BASEES Annual Conferences*. s. d.
12. Hansen, L. (2006). *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. Londres: Routledge.
13. Hedenskog, J. et al. (Ed.) (2005). *Russia as a great power: dimensions of security under Putin*. Londres: Routledge.
14. Huysmans, J. (2006). *The politics of insecurity: fear, migration, and asylum in the EU*. Nova York: Routledge.
15. Jenkins, B. M. e Johnson, J. (1975). *International terrorism: a chronology, 1968-1974*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.

16. Jenkins, B. M. et al. (1984). *Trends in international terrorism, 1982 and 1983*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
17. Kassianova, A. (2001). Russia: still open to the west? Evolution of state identity in the foreign policy and security discourse. *Europe-Asia Studies*, 53(6), 821-839.
18. Lee Thomas, T. (1995). The Caucasus conflict and Russia security: the Russian Armed Forces confront Chechnya. *Foreign Military Studies Office*. Recuperado de <http://chechenianphenomenon.tripod.com/English/Thomas.htm>
19. *Patterns of global Terrorism: 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001*.
20. Russian Federation (1993). *The Constitution of the Russian Federation*. Moscú. Recuperado de <http://archive.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5fode28fe77fdcc32575d900298676/dobd6a5ba542c949c32575dd004009ee!OpenDocument>
21. Russell, J. (2007). *Chechnya – Russia's war on terror*. Londres: Routledge.
22. Sakwa, R. (Ed.) (2005). *Chechnya: from past to future*. Londres: Anthem Press.
23. Sakwa, R. et al. (Ed.) (2005). *Developments in Russian politics*. Durhan: Duke University Press.
24. Segrillo, A. (2000). *O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao Pós-Yeltsin*. Petrópolis: Editora Vozes.
25. Service, R. (2008). *Russia: from tsarism to the twenty-first century*. Inglaterra: Penguin Books.
26. Trenin, D. V. (2003). The forgotten war: Chechnya and Russia's future. *Policy brief: Carnegie Endowment for International Peace*, 1-7.
27. Walker, R. B. (1993). *Inside/outside: international relations as political theory*. Grã-Bretanha: Cambridge University Press.
28. Zarakol, A. (2011). What makes terrorism modern? Terrorism, legitimacy, and the international system. *Review of International Studies*, 37, 2311-2336.